

EDUCADAS PARA O TRABALHO: OS DISCURSOS SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DAS MULHERES MARANHENSES NO JORNAL O ARTISTA (1868)

EDUCATED FOR WORK: DISCOURSES ON THE PROFESSIONAL TRAINING OF MARANHENSE WOMEN IN THE NEWSPAPER O ARTISTA (1868)

Raylina Maila Coelho Silva **1**
Rosyane de Moraes Martins Dutra **2**

Resumo: O artigo visa analisar os discursos sobre educação e profissionalização feminina no jornal maranhense *O Artista*, a partir das repercussões da formação recebida pelas mulheres egressas de instituições de educação feminina no período imperial. Como procedimento metodológico utilizou-se a análise documental em fonte privilegiada como o jornal *O Artista*, redigido por engenheiros e que emitiam opiniões sobre a educação de meninos e meninas maranhenses a partir da perspectiva do trabalho. As publicações de números 34 a 37 do jornal no ano de 1868 trazem os discursos em prol da formação feminina e de sua emancipação, o que se destaca como um achado importante em um tempo de submissão do corpo das mulheres aos fazeres domésticos. Com os resultados desse trabalho foi possível identificar que existiam grupos de profissionais na sociedade maranhense que utilizavam os jornais como mecanismo de circulação de ideias sobre educação feminina que causavam debates sobre as instituições e as formas escolares de instrução das mulheres no século XIX.

Palavras-chave: Mulheres. Educação. Maranhão. Império.

Abstract: The article aims to analyze the discourses on female education and professionalization in the Maranhão newspaper *O Artista*, based on the repercussions of the training received by women who graduated from female education institutions in the imperial period. As a methodological procedure, documentary analysis was used in a privileged source such as the newspaper *O Artista*, written by engineers and which issued opinions on the education of boys and girls from Maranhão from the perspective of work. Publications numbers 34 to 37 of the newspaper in 1868 contain speeches in favor of female education and emancipation, which stands out as an important finding in a time when women's bodies were subject to domestic tasks. With the results of this work, it was possible to identify that there were groups of professionals in Maranhão society who used newspapers as a mechanism for circulating ideas about female education that caused debates about the institutions and school forms of instruction for women in the 19th century.

Keywords: Women. Education. Maranhão. Empire.

-
- 1** Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luís, Maranhão, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4214560684419134>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3372-0453>. E-mail: raylina.maila@discente.ufma.br
 - 2** Doutora em Educação. Professora do PPGEEB e Curso de Pedagogia/UFMA. Área: Educação Infantil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3305787052738350>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4800-7493>. E-mail: rosyane.dutra@ufma.br

Introdução

Ao nos debruçarmos nos estudos sobre a educação e a formação profissionalizante da mulher no Brasil, no século XIX, situamos como profundamente complexo e com importantes transformações históricas, desencadeando um movimento a favor da mulher e na busca por igualdade entre sexos que não podia mais ser ignorada. Os pensadores da emancipação, os filósofos da política, procuravam definir a liberdade e a igualdade entre homens e mulheres. Esboça-se, então, medidas de ordem prática no campo educacional. As mudanças que chegaram com o século XIX, iriam contribuir não só para a criação de escolas elementares na Europa e na América, mas também de liceus e escolas normais para mulheres.

No Maranhão, a trajetória não difere, pois o pensamento conservador procurava estabelecer uma tentativa de preservar a estrutura patriarcal da família, conforme doutrina católica, alegando as diferenças básicas entre o homem e a mulher, uma contínua desigualdade no plano das capacidades civis e políticas. Tal pensamento se vinculava à própria concepção de cidadania, pois para a sociedade da época apenas eram aptos a votar e ser votado, aqueles que possuíam posses, ser alfabetizado e implicitamente, ser homem. Assim, de forma oculta, conseguiam realizar a exclusão das mulheres na categoria de indivíduos capazes ou cidadãos.

Os estudos sobre educação feminina, pautados nos discursos dos jornais que circulavam no Maranhão no século XIX, são recentes na historiografia maranhense. Assim, esta é uma pesquisa que propõe o estudo do jornal maranhense *O Artista*, que circulava sobre os assuntos relacionados à instrução pública, à educação da mulher e sua profissionalização em São Luís, difundia esses discursos que ajudaram na construção de uma imagem/representação das mulheres que saíam dessas instituições ditas profissionalizantes.

Portanto, apresentamos a problematização: quais os discursos que repercutiam nos jornais sobre a educação e o trabalho das meninas, durante e depois a institucionalização? Neste sentido, um jornal da época foi utilizado como fonte privilegiada na análise do asilamento feminino em instituições educativas e das consequências deste na formação das mulheres, para mostrar como representavam as mulheres, descrevendo a forma em que eram construídos os discursos e julgamentos da elite sobre as que estavam recolhidas.

O Maranhão se enquadrava em um perfil citadino portuário, de intensa prostituição e que levava ao entendimento de que esse foi um forte motivo pelo qual o ensino de ofícios foi disponibilizado às asiladas. Panorama que indicava uma preocupação, tanto dos poderes locais, como da Igreja Católica, em prevenir um futuro em que as desvalidas estivessem afastadas das regras de moralidade. Mas, também sinalizava que ocorreu uma abertura para a inserção das jovens no mercado de trabalho, independente do matrimônio.

Em um foco maior, essas instituições permitiam avaliar que a relação entre o Estado e a Igreja Católica não era engessada. Embora existisse, oficialmente, a separação entre esses dois domínios, na prática, para alcançar os seus interesses, estabeleciam-se acordos pautados em uma divisão de espaços, em que cada instituição acabava por trabalhar para a construção da sociedade que considerava ideal. A educação é entendida, no que lhe concerne, como a transmissão de valores morais repassados não apenas por instituições educativas, mas, também, por todos os que fazem parte da vivência diária da criança, sendo responsabilidade dos pais e, especialmente, da mãe. Essa sociedade pautava-se em valores sociais arraigados fortemente na concepção de diferenciação entre homens e mulheres.

Por isso, a pesquisa busca visibilizar as histórias silenciadas das crianças, das meninas, das mulheres que, em seus aprisionamentos, foram esquecidas e tiveram seus nomes apagados. Tornando-se importante para o campo da história da educação por revelar os discursos do período imperial sobre a educação das meninas que saíam de instituições femininas, identificando um ideário nos jornais que valorizava a formação profissionalizante com vistas a independência das mulheres numa sociedade patriarcal.

A educação das meninas em instituições femininas no Maranhão

No Brasil, cabia ao Estado e à Igreja institucionalizar a educação do povo, o que motivou a fundação de inúmeros espaços de organização das práticas educativas que disciplinariam meninos e meninas. Ao Estado cabia a garantia de soberania portuguesa em relação à Colônia, dotá-la de administração, desenvolver uma política de povoamento, resolver problemas e estabelecer que tipo de relação deveria existir entre metrópole e colônia. No que coube a Igreja, Fausto (2006) ressalta:

O papel da Igreja se torna relevante. Como tinha em suas mãos a educação das pessoas, “o controle das almas” na vida diária, era um instrumento muito eficaz para veicular as ideias gerais de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do Estado. Mas o papel da Igreja não se limitava a isso. Ela estava presente na vida e morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte (Fausto, 2006, p. 60).

Segundo Gondra (2008), simultaneamente, em que buscava governar, o Estado revalidava e estabelecia hierarquias e distinções sociais marcadas pela criação de instituições educacionais destinadas a públicos distintos. A educação maranhense foi permeada por ensinamentos cristãos e princípios da igreja católica. De acordo com Louro (1997), a escola que nos foi deixada pela sociedade ocidental moderna começou por apartar adultos e crianças, católicos e protestantes. Do mesmo modo aconteceu com os ricos e os pobres, depois veio a separação de meninos e meninas. Lentamente, a escola foi se transformando por meio dos currículos, prédios, docentes, regulamentos e avaliações que iriam, explícita ou implicitamente, garantindo e produzindo as diferenças entre os sujeitos.

No Brasil, é possível identificar algumas transformações sociais que, no século XIX, vão permitir a entrada das mulheres nas salas de aula (Louro, 1997). Por essa razão, a instrução surgiu como um dos direitos fundamentais de garantia individual dos cidadãos brasileiros, estabelecido pela Constituição outorgada em 1824, no artigo 179, parágrafo 32, logo após a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823: a instrução primária era gratuita a todos os cidadãos (Gondra, 2008).

Em São Luís, capital e principal centro urbano da Província do Maranhão, a educação era vista como um pré-requisito para o bem-estar nacional, visto que, por meio dela, surgiria o desejado progresso econômico e social, de grande relevância no discurso republicano (Carvalho, 1998). A mulher ganhou notoriedade em meio à sociedade, pois recaiu sobre ela a responsabilidade de manter a família, operacionalizando uma boa educação aos seus filhos (Besse, 1999).

Logo, a criação de instituições femininas tinha um objetivo determinado: preparar meninas para uma vida de trabalho e de honestidade, em harmonia com o lugar social a que estavam destinadas, realçando a chamada educação doméstica, como uma área de formação relevante. Assim, as meninas, em específico, recebiam maior atenção do governo provincial, que se respaldou na institucionalização dessa infância para a disciplinarização das mulheres, no controle do pudor.

Sob uma rotina que envolvia rezas e oficinas de costura, as meninas maranhenses ficavam tuteladas pelas irmãs, pelos padres e demais interessados em submeter a infância às concepções conservadoras, patriarcais e moralizadoras do corpo feminino, ou seja, um espaço para que as meninas se tornassem futuras mães de família, estabelecendo um lugar junto à sociedade maranhense, que pautava suas condutas nos moldes europeus marcado pelo discurso de modernidade, inovação, progresso e moralidade, que se ligava, aos valores conservadores da família e da moral feminina (Abrantes, 2004).

O discurso, segundo Abrantes (2004), era moderno, evoluído para o período, mas ainda trazia em seus contornos a concepção de mulher submissa, boa esposa, boa mãe, amorosa. Exercer o papel materno e seguir os preceitos da boa conduta e bons costumes, era o que exigia a sociedade da época para as mulheres. O Maranhão, portanto, seguia essa linha institucional, subjugando as classes populares, oferecendo uma educação para ensino dos ofícios e disciplinamento do corpo para meninos e para meninas, as prendas domésticas.

Desde o período colonial, foram sendo criados no país colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras modalidades institucionais surgidas ao sabor das tendências educacionais e assistenciais de cada época (Rizzini, 2004, p. 22).

Em 1855, com a criação de uma instituição educativa para as mulheres desvalidas: o Asilo de Santa Teresa¹, na presidência de Eduardo Olímpio, houve a proposta de ensinar artes chamadas domésticas para as moças pobres da cidade de São Luís. Aprendiam a ler, escrever, costurar e coser, além da doutrina cristã, para conservarem a moralidade defendida pela sociedade e manterem padrões de comportamentos adequados às mulheres, o que viabilizava a preparação de esposas obedientes às obrigações para com o seu futuro esposo (Castro; Castellanos, 2021)

Para o aparelho disciplinador funcionar, era necessário que a ocupação temporal das atividades das meninas fosse distribuída de modo a anular “tudo que possa perturbar e distrair, trata-se de constituir um tempo integralmente útil” (Foucault, 2004, p. 118), mesmo para aquelas de menor idade. A disciplina imposta garantia uma organização racional das ações vista à qualidade do tempo, dividindo-o para especificar cada atividade com tempo de duração, tornando-o totalmente útil. Percebe-se uma rigidez na rotina e o contato com o mundo exterior restrito, porém tal modelo era considerado o ideal para a efetivação do projeto de moralização.

Del Priore (2006) chamou atenção para o fato de, na literatura do século XIX, homens e mulheres aparecerem com vocações diferentes, mas, também, como elementos complementares. O homem emergia como o ser dominante, que nascera para “mandar, conquistar, realizar”, sobretudo, quando pai ou marido. A mulher, em contrapartida, era destinada a agradar, principalmente, por meio dos comportamentos pudicos e pelas suas naturais vocações: de ser esposa e mãe (Del Priore, 2006, p. 122).

Em muitas situações as meninas se viam obrigadas a abandonarem hábitos familiares e absorverem outros, sob pena de serem advertidas, repreendidas ou punidas por desrespeitarem as normas de comportamentos. A vigilância contribuiu para generalizar a disciplina, tendo em vista que sabiam que eram objeto de observação tanto por parte dos funcionários como por parte das próprias colegas. Para assegurar o controle e garantir que a rotina diária fosse inculcada às meninas, eram necessárias algumas medidas como a sanção normalizadora, estabelecida através da penalidade disciplinar.

O Asilo autorizava o casamento das meninas que abrigavam, desde que fosse com pessoas de confiança, homens que as honrassem e fossem trabalhadores e de bons costumes, garantindo-lhes um futuro. “As desvalidas, que se casarem com licença do presidente da Província, terão um enxoval no valor de trezentos mil réis e receberão, depois de casadas, o dote de quinhentos mil réis, que será entregue ao noivo pelo Diretor no fim de oito dias” (Regulamento do Asilo de Santa Teresa, 1855, p. 323). Para tanto, era pago um dote no valor fixo de 500 reis e mais 300 reis para custear o enxoval do casamento.

Mas não são taes quantias o verdadeiro dote que dá a província a estas suas filhas: o dote real, duradouro e dos quaes mais bens hão de ellas haver é a educação virtuosa, a practica dos bons-costumes, o hábito do trabalho e de economia, e tudo que pode constituir uma boa mãe de família. Estes serviços prestados à sociedade pelo estabelecimento é o que o vai tornando cada dia mais merecedor das symathias publicas (Publicador Maranhense, 1862, p. 2).

Francisco Sotero do Reis², enquanto diretor do Asilo em 1867, rompeu com uma educação que visava somente o casamento das moças asiladas e educadas no Asilo ou para serem empregadas nas residências de famílias nobres da sociedade maranhense. Suas ideias e defesa por uma emancipação da mulher advêm da sua trajetória como Inspetor da Instrução Pública,

1 Instituição feminina criada em 1855 para dar subsídio ao trabalho de educação das mulheres da província por meio do recolhimento e formação profissionalizante para atividades domésticas e maternas.

2 Francisco Sotero dos Reis era jornalista, poeta e escritor de obras importantes para a língua portuguesa como o Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira (1866-1873).

professor no Liceu Maranhense, e da sua história política contra a escravidão e à oligarquia local (Castro; Castellanos, 2021).

A educação que recebem as meninas é a mais apropriada para um estabelecimento destes, porque, a bem da instrução primária e das prendas do seu sexo que adquirem nas aulas aprendem a fazer todos os trabalhos domésticos com o lavar, gomar, cozinhar. Podem, por conseguinte, saírem, dentre elas, boas donas de mães de família, professoras, modistas, pois é grave erro supor que meninas que têm uma tal qual educação queiram em um país de escravos prestar-se jamais ao mister de criadas nas casas ricas, como pretendem alguns que não conhecem a criação humana, sendo que as que vêm da Europa para semelhante fim procuram outro meio de vida pela comparação ao trabalho escravo (Relatório da Diretoria do Asilo, 1867, não paginado).

Segundo Hobsbawm (2000), a indústria nascente precisava de mão de obra baixo custo, o que envolvia principalmente as mulheres e crianças que tinham no trabalho industrial uma forma de complementar a renda familiar. As fábricas eram um forte atrativo porque os salários dos maridos eram insuficientes para garantir o sustento da família, então a mulher se via na obrigação de ajudar na renda familiar.

Embora, algumas mulheres ganhassem as ruas para trabalhar, a maioria delas ainda permanecia no ambiente doméstico sob os olhares dos homens ou das mulheres mais velhas. Na sociedade patriarcal, as mulheres desempenhavam principalmente a função de cuidadoras, seja da casa, seja do outro (filhos, marido e pessoas idosas ou pessoas doentes) reforçado pelos valores associados à feminilidade e à docilidade, que aprofundaram, historicamente, as desigualdades e as discriminações no mundo do trabalho.

No que diz respeito ao trabalho, Carla Coqueiro nos informa que, “[...] o centro urbano era lugar de grandes transações comerciais, assim como a venda de diversos gêneros vendidos nos tabuleiros das mulheres de ofícios” (Coqueiro, 2017, p. 45). Contudo, essas mulheres de ofício não eram bem vistas e eram constantemente desqualificadas nos jornais que circulavam pela cidade, uma vez que as mulheres pobres e trabalhadoras eram vistas como transgressoras dos valores morais.

Nos jornais que circulavam na capital maranhense, dificilmente se encontravam notícias que faziam referências às mulheres denotando outra imagem que não esta. Desde anúncios de xampu, poesias, contos às sessões populares sobre os problemas da cidade, a mulher constitui-se como a mãe cuidadosa ou esposa amorosa. Quando foge desse modelo e desvirtua essa imagem, ela é posta nas páginas de reclames que denotam sua falta de moralidade e de apreço pelos valores familiares.

Os discursos do jornal O Artista sobre a educação e o trabalho das mulheres institucionalizadas no maranhão imperial

A condição social era um fator de distinção da moralidade feminina, sendo as mulheres pobres e desvalidas, consideradas mais propensas a caírem na prostituição. Isso devido à luta pela sobrevivência e a falta de um amparo masculino que as protegesse, necessário à criação de asilos e recolhimentos para amparar essas mulheres e dar-lhes uma educação adequada aos princípios morais vigentes na sociedade, ou seja, tornando-se aptas para casar ou exercer um trabalho doméstico.

Buscamos, portanto, analisar os discursos sobre a educação feminina do Asilo de Santa Teresa através do jornal O Artista (1862-1869) e as ideias do seu redator Miguel Viana Ferreira que se destinou a atender a uma clientela direcionada, a saber, os artífices maranhenses. Segundo esse jornal, artífices são todas as pessoas que trabalhavam no comércio, na lavoura e na indústria, com atividades específicas, a exemplo de carpinteiro, ferreiro, modista, marceneiro, dentre outras

profissões manuais (O Artista, 1868).

Segundo Almeida (2005), esse jornal foi criado e redigido pela família Vieira Ferreira: o tenente-coronel Fernando Luiz Ferreira e seus filhos Luís, Joaquim e Manoel, sendo que este era o seu redator. Para o autor, sua circulação ocorreu em dois períodos distintos: o primeiro deu-se em 1862 e 1863, e o segundo em 1868 e 1869. Esse jornal constitui-se na principal fonte para compreendermos o movimento da educação profissional maranhense no período imperial e a sua importância deve-se às críticas ao governo e às propostas sobre o ensino das artes e dos ofícios. Apesar de centrar-se na realidade da província, as reflexões dos redatores abrangem aspectos nacionais e internacionais, tendo como referência São Paulo, Rio de Janeiro, a Europa e os Estados Unidos. A sua redação estava a cargo dos irmãos-engenheiros da família Vieira Ferreira e era distribuído na livraria de Ramos de Almeida através de venda avulsa ou assinatura. Por tratar de temas diversos, nos centramos somente nas matérias sobre educação que o Asilo oferecia para as meninas.

No jornal O Artista, de 8 de novembro de 1868, no artigo sobre a Educação da Mocidade Artífice e o Asilo de Santa Tereza obtivemos uma análise da função social dessa instituição destinada à educação da mocidade feminina. Segundo o jornal,

O sexo feminino é o mais fraco, e o que encontra mais difficilmente os meios de prover a sua subsistência pelo seu trabalho honesto; mas por outro lado, é muito grande a sua força porque se as mulheres em si representar, um fraco papel em nosso systema social, por outro lado devemos nos lembrar que as mulheres são as mãis dos homens, que uma Cornelia gera o educa tres Gracchus, e que os filhos vão em geral á sociedade imbuídos das idéas, das virtudes e dos vícios de suas mãis (O Artista, 1868, não paginado).

Através desse discurso percebe-se a afirmação da fragilidade do sexo feminino, que pretendia demarcar a educação das mulheres pobres para um ofício que as fizesse ganhar o sustento honestamente, não sendo um peso para suas famílias, nem vítimas da prostituição a que poderiam ser conduzidas diante da miséria. No entanto, não deixava de lembrar o papel de mãe exercido pelas mulheres e a educação dos filhos nos valores e virtudes ensinadas por estas no seio da sociedade.

Percebe-se que a educação feminina oferecida no período reproduzia os valores sociais e morais vigentes. O ideário de fragilidade, inferioridade e submissão construído pela sociedade brasileira, influenciada principalmente pela Igreja Católica, caracterizava-se por uma formação mais moral e menos intelectual, embora com algum fundamento científico, considerando que a mulher deveria continuar a desempenhar, de modo mais perfeito, o seu papel de esposa e mãe prezada e virtuosa.

O Jornal O Artista teve como finalidade alertar sobre o trabalho feminino das meninas pobres e desvalidas, por isso criticava o fato de o Asilo não cumprir seu papel para a formação e profissionalização dessas mulheres, para conseguirem sobreviver dos seus próprios meios quando saíssem da instituição. Acreditava que, ao invés dessas mulheres saírem educadas e viessem pesar sobre qualquer pai de família, era preciso dar-lhes uma educação mais elevada e fazer-lhes compreender que só estariam educadas quando, pelo seu trabalho, pudessem manter honestamente a sua subsistência, qualquer o que fosse o trabalho a que deviam se submeter, por que para os redatores, o trabalho não desonra, pelo contrário eleva e enobrece (O Artista, 1968).

O Jornal O Artista defendia uma educação que não era voltada para a submissão das meninas e criticava o procedimento do Asilo para receber as órfãs e desvalidas, pois era necessário que na entrada da menina na instituição, ocorrida geralmente quando ainda era criança, alguém decente da sociedade se obrigasse a recebê-la em sua casa, depois que completasse 18 anos. Nesse sentido, a instituição falhava ao fim proposto que era proteger as meninas. “Si quiserem habituem-as para ganhar a sua vida com maior independência, vão applicando-as as artes, pois que as mulheres tambem as podem exercer. Habituem-as ao trabalho, exercitem-as nos de typographia por exemplo, como já se tem feito na Europa(...)” (O Artista, 1968, não paginado).

Os redatores enfatizavam que o Asilo, deitando-se do seu seio uma pupila de 20 anos, deveria

ter-lhe proporcionado os meios para que com o seu próprio trabalho mantivesse a sua subsistência, e deveria por tal forma não se prostituísse, aberrando os princípios que recebia no estabelecimento. Enquanto uma moça não tivesse os meios para viver do seu trabalho, exclusivamente, enquanto não tivesse a virilidade precisa para não se desvirtuar, ela não estaria educada. O fim do Asilo não podia ser ensinar a coser, a fazer flores, doces, isso é necessário, mas não basta (O Artista, 1968).

A população toda lucraria, se em vez ás conmadres, houvessem entre nós parteiras habilitadas. Na Europa ha muitos estabelecimentos em que so podem freqüentar cursos de partos; por exemplo, em Pariz, no Hospício da Maternidade ha uma escola de partos destinada a formar discípulas parteiras para todos os departamentos de França (O Artista, 1968, não paginado).

Segundo os redatores do jornal, as educandas deveriam se sujeitar aos serviços como quaisquer criadas na Europa, devendo saber fazer todo o serviço que se refere a uma mulher; mas isso não bastava. Era preciso que tivessem uma moralidade muito firme, era necessário que reconhecessem que não lhes ficava mal, serem alugadas como criadas em casas decentes de famílias, era preciso que fossem obrigadas a adaptar essa vida ao sair do Asilo, para que pudessem desenvolver valor pelo trabalho profissional.

Ha muitas profissões que podem o deveriam ser exercidas de preferencia por mulheres, mas assim não acontece por causa do nosso estado semi-barbaro, que não permite raciocinar. Um exemplo esclarecerá melhor o pensamento (O Artista, 1968, não paginado).

Embora o Asilo oferecesse um dote de 500 mil réis às educandas que se casassem, visto que o casamento era a principal alternativa de proteção para as mulheres pobres, na opinião dos redatores, seria melhor habituar uma moça para ganhar por si só muitos 500, do que dar-lhe 500 e um marido que trabalhe para ela. O casamento passava a ser analisado como uma forma legal de prostituição, pois a mulher vendia o seu corpo para um único homem, numa relação em que o homem oferecia proteção e amparo e a mulher apenas o corpo como uma moeda de troca.

Ainda segundo os redatores do O Artista, era preciso elevar os sentimentos da população, fazer-lhes ver no casamento uma associação em que o “fraco” se ligava ao “forte” para trabalharem em um plano comum, em que a fortuna ou a desventura era comum como em qualquer sociedade, mas ambos empregando todos os esforços, porque aquele que não o fizesse era por certo um mal sócio (O Artista, 1868, não paginado).

Defendiam o casamento dos pobres como uma união em que os cônjuges compartilham as responsabilidades pelo sustento do lar, defendendo a ideia de que a mulher deveria aprender a economia doméstica e se possível ajudar o marido nas despesas da casa, era um discurso forte defendido pelos redatores do jornal. Sendo preparadas nos princípios da moralidade para desenvolver as virtudes e os deveres sociais, as educandas estariam aptas para o convívio social. Era necessário, portanto, ainda segundo o jornal, que fossem criadas em princípios muitos são, que escutassem diariamente um curso de moral, que um professor se ocupasse em desenvolver-lhe, diariamente, o quadro das virtudes domésticas, que conhecesse todos os seus deveres sociais.

Ellas devem ser educadas do forma que achem mérito em economisar, em fazer multiplicar pela ordem o dinheiro que ganhar o marido, e ter orgulho se do seu trabalho tirar com que auxiliar as constantes despezas diárias: ela deve com tudo cooperar como o marido para o aumencto do casal (O Artista, 1868, não paginado).

Logo, à luz da docilização do corpo, a mulher ideal é aquela que sabe cuidar da casa e dos filhos, é a mulher prendada, bela, recatada e do lar. Ao analisar as práticas vivenciadas pelas mulheres asiladas, percebemos que para os que escrevem sobre a educação das mulheres no Império, o papel feminino é estar sob a total submissão ao homem, instaurando assim o poder disciplinar do corpo da mulher. Quem escreve sobre a formação profissionalizante das mulheres

são homens e isso demarca os discursos para a educação nas instituições educativas criadas para elas.

Considerações finais

A criação de instituições femininas tinha um objetivo determinado: preparar meninas pobres para uma vida de trabalho e de honestidade, em harmonia com o lugar social a que estavam destinadas. Daí que o papel educativo do trabalho era muitas vezes realçado, surgindo a chamada educação doméstica, como uma área de formação relevante. Pretendia-se, ainda, evitar que essas jovens se transformassem num elemento social perturbador. Estava subjacente a estas instituições, em termos gerais, um projeto de regeneração moral por via da educação.

A relação entre a organização do processo escolar pelo Estado, em detrimento da Igreja, especialmente a feminina, em parâmetros restritos, ainda controlados por homens, nos faz perceber que a relação gênero é perpassada também por questões étnicas e sociais. Fazia diferença se a mulher fosse branca, índia ou negra; livre, liberta ou escrava; rica, pobre ou desvalida. No caso específico do Asilo de Santa Teresa, a sua finalidade era recolher meninas pobres e desvalidas e oferecer-lhes uma educação para o lar, de modo que, quando adultas, se tornassem boas mães de família ou, em alguns casos, educadoras dos filhos das famílias abastadas maranhenses.

No Maranhão, os meios de comunicação eram essenciais para a difusão das ideias civilizatórias sobre a educação das mulheres, principalmente, das mais pobres, relegadas ao desamparo e ao desemprego. Para o jornal *O Artista* (1868), principal fonte desse estudo, os discursos propagados pelos redatores, que eram em sua maioria profissionais da engenharia, a educação feminina deveria profissionalizar a mulher, principalmente as pobres, pois tornando-as trabalhadoras poderiam contribuir com a sociedade, exercendo uma profissão remunerada, havendo muitas profissões as quais poderiam e deveriam ser exercidas de preferência por mulheres.

Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação do “bello sexo” em São Luís da segunda metade do século XIX. **Seminário de divulgação da produção científica da UEMA**, 7. São Luís: UEMA, 2004.

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. **O anjo reificado**: sentido do carisma e do poder na igreja evangélica brasileira. Dissertação (Mestrado Em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914 - 1940). São Paulo: EDUSP, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velazquez. A instrução de meninas no Asilo de Santa Teresa (Maranhão/ 1856-1871). **História da Educação**, v. 25, e100340, 2021.

COQUEIRO, Carla Romana. **Mulheres de ofícios**: o cotidiano de mulheres pobres pelas Ruas da cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2017.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HOBBSBAWM, Erik. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARANHÃO. Lei nº 367, de 24 de julho de 1855. **Crea o regulamento do Asilo de Santa Teresa. Coleção de Leis, decretos e resoluções da província do Maranhão**. Maranhão: Typografia Constitucional, 1855.

MARANHÃO. **Relatório da diretoria do Asilo de Santa Teresa** . [Sotero dos Reis] para digníssimo presidente da província Senr. Dr. Eduardo Olímpio Machado, 25 abr. 1867.

O ARTISTA, **Maranhão**, n. 34-37, nov 1868. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/artista/234281>. Acesso em 20 mar 2023.

PUBLICADOR MARANHENSE, **Maranhão**, São Luís: Biblioteca Pública Benedito Leite, 1870.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

Recebido em 28 de novembro de 2023

Aceito em 29 de janeiro de 2024